

24

Manuel da Silva e Costa
José Pinheiro Neves
(coordenação)

AUTARQUIAS LOCAIS E DESENVOLVIMENTO

Actas do Colóquio
«Autarquias Locais e Desenvolvimento»

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

UNIVERSIDADE DO MINHO

EDIÇÕES AFRONTAMENTO

das ou vias rápidas que aproximam tanto os mercados nacionais como os estrangeiros), as acções de formação e qualificação da mão-de-obra, de investigação de novas tecnologias (dificilmente os centros de investigação tecnológica podem ser dispersos, em pequenas unidades, pelos espaços locais), programas públicos com base nas políticas financeiras e creditícias de reconversão industrial, programas de captação de fundos comunitários e de investimentos estrangeiros. Ora, estes factores de desenvolvimento não podem ser apenas competências das administrações locais e não só por dificuldades de recursos como, sobretudo, pela impossibilidade em multiplicar os benefícios que resultam dos programas articulados entre os sectores industriais e os diferentes espaços regionais.

3. Destas considerações resulta, portanto, que a problemática do desenvolvimento regional-local, longe de se circunscrever ao espaço local, reequaciona o papel do Estado, enquanto agente dinamizador e catalizador das políticas locais de reestruturação tecnológica, de reorganização das actividades económicas e sociais locais, bem como na criação de condições que possibilitem a obtenção de ganhos competitivos internacionais. Isto é tanto mais importante quanto o processo de integração comunitária, quer por via da recepção de fundos de desenvolvimento industrial regional, quer com base na lógica das políticas do mercado interno, impõe uma redefinição do papel do Estado e dos grupos sociais e económicos intermediários, como agentes predominantes na dinamização do mercado e actividades económicas e do processo de desenvolvimento económico e social.

«DESENVOLVIMENTO» NUMA ALDEIA MINHOTA: OS MEDIADORES*

Manuel Carlos Silva

Instituto de Ciências Sociais
UNIVERSIDADE DO MINHO

* Este texto faz parte integrante dum projecto de investigação em curso centrado na explicação do comportamento sócio-político dos actores rurais no Minho e suas estratégias de reprodução e transformação social.

0. INTRODUÇÃO

A problemática do desenvolvimento e da participação democrática apresentar-se-ia enviesada se prescindisse de determinadas questões relativas aos protagonistas e beneficiários do desenvolvimento e, em particular, dos métodos e processos a ele inerentes, bem como dos obstáculos que impeçam um desenvolvimento participado. Entre os obstáculos mais viscosos e duradouros que, de modo recorrente, se tem verificado em diversas sociedades e, em particular, na portuguesa sobressai o clientelismo¹.

Não tendo em conta este sistema de vinculação, dependência e, por vezes, coerção psico-social do cliente face a uma pessoa influente denominada patrono, a acção dos camponeses e demais actores locais, designadamente as suas posições de alinhamento sócio-político tradicional e, em regra, «conservador» no Portugal contemporâneo, não poderia ser compreendida e explicada.

1. Entre os poucos artigos e breves referências publicados em Portugal sobre o patrocínio e mediação política refiram-se Cutileiro, 1977: 171 s; Riegelhaupt, 1979: 503-523; Sobral e Almeida, 1982: 649-672; Pinto, 1985: 395-400; J. F. Almeida, 1986: 361 s; e nós próprios Silva e Van Toor, 1982: 212 s, 1988: 60-75; Silva, 1987: 437-445. Sobre o poder local, cf. Mozzicafredo *et al.*, 1990: 613-625; a nível mais macro-sociológico, as relações entre sociedade e diversas formas de domínio estatal e suas expressões jurídicas têm sido sobremaneira analisadas por Santos (1982: 9-40).

Não pretendendo, neste momento, problematizar nem expor as diversas concepções sobre desenvolvimento, é de salientar, em todo o caso, que a questão do desenvolvimento exige um tratamento pluridimensional designadamente económico, político e ideológico e, como tal, não é redutível a simples crescimento tecno-económico nem a sua realização se poderá exclusivamente aferir pelos padrões, indicadores e artefactos dominantes nos modernos países industrializados.

Embora em contextos e sob formas diferentes, o sistema patrocinal, sem constituir um fenómeno universal, tem sido co-presente a diferentes tipos de sociedades desde as patrimonialistas de ordenação patrícia, passando pelas feudais — aristocráticas e colonizadas — até às actuais formas com diversos graus de dependência: mais acentuadas nos sistemas de latifúndio, menos visíveis e marcantes nas sociedades agrário-camponesas de minifúndio ou ainda nas sociedades industriais modernas².

Transpondo-nos para a época contemporânea em Portugal e tendo em conta o processo de formação e centralização do Estado-Nação, uma aldeia do Noroeste português situada no Alto Minho e ficticiamente denominada Selima foi objecto de estudo durante o trabalho de campo realizado em 1985, seguido de pequenas estadias complementares. Empiricamente evidente é o facto de Selima, embora lentamente, ter sofrido determinadas mudanças na sua configuração bem como no seu relacionamento com o exterior, o que nos remete para a seguinte questão: que vias e métodos tomaram possível a intromissão das instituições camarárias e estatais, que actores internos se aliaram ou se prestaram a colaborar com as forças exteriores interessadas nos referidos processos de mudança e submissão? E em benefício de quem têm operado as diversas investidas dos agentes dos processos ditos de «desenvolvimento»?

Certos autores como Lerner, Banfield e Rogers nas suas teorias pró-modernização³ defendem que são os elementos de elite local, enquanto

2. Acerca das relações de dependência na Idade Média, em Portugal, ainda que não tão vinculativas como noutros países, cf. Castro, 1978: 45 s e 1980; Mattoso, 1985: 79 s, 1985a: 135 s. Sobre a relativa autonomia de Selima-Belinhas, ao tempo da formação da nacionalidade, confirmam-na as Inquirições: «A paróquia de (Selima) com os seus 10 casais, não conhecia outro senhor senão El-Rei», Inquirições I: 413-414 in Coelho, 1984: 13.

Juntamente com outras duas (Enteposta e Bretonha), Selima constitui uma das três aldeias da freguesia de Belinhas, todas elas ficticiamente denominadas. A descodificação das abreviaturas relativas designadamente a instituições, fontes ou documentos consultados é a seguinte: AS = Actas da Junta de Selima-Belinhas, APB = Actas da Câmara de Ponte da Barca, APBE = Actas da Comissão Executiva da Câmara de Ponte da Barca, RTP = Rádio Televisão Portuguesa, GNR = Guarda Nacional Republicana, EDP = Empresa Pública «Electricidade de Portugal», PS = Partido Socialista, PSD = Partido Social Democrata, FAOJ = Fundo de Apoio a Organizações Juvenis. Os nomes de pessoas são igualmente fictícios.

3. Lerner, 1958: 49 s; Banfield, 1958; Rogers, 1969: 292 s. A posição de Banfield é rebatida por Silverman (1968: 1-20). Entre os críticos das teorias da modernização

possuidores de recursos materiais, educacionais ou simbólicos, que constituem os inovadores e os difusores de processos de modernização sócio-económica e política das colectividades. Sucede, porém, que em determinadas sociedades e períodos históricos, têm sido justamente certos notáveis locais que, em função das suas posições de domínio, têm liderado ora processos de libertação anticolonial ora de resistência a processos de desenvolvimento — ainda que não necessariamente de modernização — e de incorporação na economia e sociedade envolventes. Donde, uma abordagem ahistórica ou descontextualizada conduzir-nos-ia a um beco sem saída. Daí a necessidade de ter em conta as condições estruturais e conjunturais que possibilitam aos mediadores-guia tornar ou não viáveis esquemas de inovação e laços de interacção eficaz entre as colectividades e as instituições municipais ou estatais. Estas, no processo da sua implantação nas colectividades locais, não raro necessitam ora de utilizar a força física ora de intensificar divisas de persuasão ideológica e assim diluir normas e valores camponeses, ramificando a sua acção em diversos sectores: desde os projectos infra-estruturais e de política agrícola, passando por programas específicos a nível da educação e saúde até à inserção nos mecanismos políticos locais.

Perante as incursões do Estado e seus representantes as respostas de colectividades de montanha como Selima têm-se apresentado diferenciadas e diversificadas nomeadamente desde o fim do «Antigo Regime» até ao dia de hoje. De acordo com o papel assumido pelos mediadores locais e sem que à delimitação cronológica corresponda uma esquematização conceptual pura, distinguirei as seguintes fases: (i) uma primeira, de defesa da autonomia aldeã, em que os patronos e mediadores locais, embora conjunturalmente possam servir de elos de contacto com as instituições camarárias e centrais, funcionam basicamente como contrapontos catalisadores da resistência por parte de uma colectividade relativamente isolada (1900-1940); (ii) uma fase intermédia, em que algumas famílias mais influentes, designadamente os repre-

através da difusão cultural ou pela inovação tecnológica iniciada pelos moradores económica ou politicamente mais providos cf. ainda, entre outros, Wertheim, 1971; Migdal, 1974: 149 s. Em termos macroeconómicos e macrosociológicos, cf. igualmente as pertinentes críticas à teoria de modernização de Rostow (1960) por parte de Frank (1967) e de Tipps (1973: 199-226).

sentantes do poder local, amortecendo as reivindicações ou protestos locais mas sem eliminar tensões que justifiquem a sua acção, assumem o papel relevante de mediar, regular e controlar a comunidade socialmente segmentada (1940-1974); (iii) e, por fim, uma terceira fase, a da incorporação, em que os pequenos mediadores, digladiando-se pelo controlo da gestão dos recursos públicos, funcionam mais como simples agentes ou delegados das entidades eclesiásticas, camarárias e sobretudo partidárias que os recrutam ou reconhecem (1974-90).

Dado o escopo limitado desta comunicação, após um sucinto enquadramento teórico, incidirei a atenção nas referidas fases tendo por base, nesta óptica, o devir concreto da referida aldeia.

1. PATRONOS E CLIENTES

Diversos estudos empíricos e subsequentes elaborações teóricas, nomeadamente as referentes a países da América Latina e outros situados na área mediterrânica, no Sudeste Asiático, no Japão⁴ têm mostrado que os fortemente enraizados sistemas de patrocínio são codeterminantes do agir submisso e resignado dos camponeses.

Se numa perspectiva estrutural-funcionalista, particularmente com uma ênfase psicossociológica, autores como Parsons (1964: 339 s) e White (1961: 89 s) caracterizam as relações patrocinais como difusas e particularistas, não contratuais e perpassadas de relativa simetria e reciprocidade, outros, como Pitt-Rivers e sobretudo Eisenstadt e Roniger⁵, retomando e reformulando as premissas (estruturo)funcio-

4. Para a área mediterrânica, além dos referidos na nota 1 para Portugal, cf. entre outros, Boissevain, 1366: 18-33; Blok, 1969: 155-170 e 1974; Campbell, 1964; Schneider et al., 1972: 328-350; Davis, 1977. Sobre a América Latina cf. Wolf, 1956 e 1967; Huizer, 1969: 411-418; Galjart, 1969: 402-419; Migdal, 1974: 33 s. Sobre o Sudeste Asiático cf. Wertheim, 1971; Scott, 1976: 35 s; Popkin, 1979: 72 s. Para o Japão cf. Moore, 1966: 230 s. Sobre países do leste europeu a nível dos aparelhos estatais cf. Ionescu, 1977: 97-102.

5. Cf. respectivamente Pitt-Rivers, 1971 (1954): 140 s e 1958: 424-431; Eisenstadt e Roniger, 1984: 15 s. Se a presença da dimensão moral e, em especial da «fides», na

nais, incorporam elementos provindos de outras correntes teóricas (coerção, desigualdade e assimetria) mas enxertam-nos num fundo básico e estrutural de confiança e solidariedade, aliás voluntárias, entre patrono e cliente.

A análise das relações patrocinais tem sido envolvida e particularmente reivindicada pelas correntes configuracionista, transaccionalista e simbólico-interaccionista⁶, as quais, perante a rigidez e a opacidade do modelo estruturalista, destacam a função (re)estruturadora e dinâmica dos sujeitos-actores na vida social.

Não obstante a crítica ao estruturalismo ser, de certo modo, pertinente, alguns pressupostos das concepções transaccionalistas e interaccionistas enfermam contudo de certo voluntarismo na medida em que as configurações sociais seriam resultado das decisões e redes de interacção dos indivíduos, enquanto «empreendedores sociais» e concorrentes na arena social. Se a estrutura admite modificações levadas a cabo pelos actores, estes, na sua acção, encontram-se todavia limitados pelo tipo e grau de recursos que a sua posição, numa dada estrutura, em determinado tempo e lugar, lhes proporciona.

Numerosos são os autores⁷ para quem a diádica ou poliádica transacção patrocinal se encontra imbuída de relações ora latentes ora manifestas de assimetria, de dominação e, por vezes, de exploração. Embora o patrono conceda protecção e preste alguns favores e serviços, retira normalmente do cliente, além do seu assentimento sócio-político personalizado, maiores vantagens. É justamente este saldo positivo, em favor do patrono, entre os serviços prestados por

relação clientelar é, em regra, inegável, já, porém, uma atribuição de carácter ontológico ou explanatório resulta enviesada, senão mesmo ahistórica e metafísica, até porque se verificam situações clientelares desprovidas de «fides».

6. Como representantes das referidas correntes cf. respectivamente Elias, 1982 I (1939): 290-337 e 1980: 143-145; Goffman, 1974: 7-42; Barth, 1966 4 s; Blok, 1973: 225-234; Boissevain, 1978: 24 s. Sobre limites dos pressupostos do (inter)accionismo e transaccionalismo, cf. crítica de Alavi, 1973: 54; Cohen, 1969: 224-225.

7. Cf., com maior ou menor acento, Moore, 1966: 453 s; Weingrod, 1968: 377-400 e 1977: 41-51; Bailey, 1969: 35 s, 73 s; Huizer, 1969: 411 s; Silverman, 1970: 327-339; Wolf, 1980: 19-39; Schneider et al., 1972: 334 s; Alavi, 1973: 54 s; Blok, 1973: 225 s e 1974; Scott, 1977: 21-39; C. White, 1980; e, sob forma de competição sócio-política, Kertzer, 1980.

este e os benefícios materiais ou simbólicos colhidos do cliente, que imprime a esta relação o carácter de negócio e pode eventualmente traduzir um determinado grau de exploração e/ou opressão deste por aquele.

Na sequência de posições defendidas por Sahlins (1960: 390 s) e Bourdieu (1980: 209 s), poder-se-á sustentar a ideia-chave de que na base da constituição do poder político estão as dissimetrias na função de redistribuição, designadamente nas sociedades tribais e outras não capitalistas. Por outro lado, entre a posse de recursos materiais e outros não directamente materiais (capacidade comunicacional, prestígio, poder) há, como igualmente defendem Bader e Benschop (1988: 167 s), uma relação de reversibilidade e convertibilidade, mesmo que nem sempre estritamente mensurável nem imediatamente visível. Nesta perspectiva, patrocínio configura-se como mais um princípio geral estruturador das relações assimétricas e instrumentais de poder e distribuição de recursos materiais. Como tal, oportunidades de prestígio e hierarquias não constituem simples expressões epifenoménicas ou momentos subjectivos resultantes mecanicamente do lugar estrutural a nível económico-social mas condicionam comportamentos e propiciam aos seus protagonistas, senão ganhos materiais a curto ou médio prazo, pelo menos situações de relativo privilégio revestidas de formas eufemizadas de «desinteresse pessoal» em nome do desenvolvimento local, regional ou nacional.

O grau e a extensão do poder local, personificado nas figuras de patronos e mediadores depende estreitamente, por um lado, da raridade e do grau de apropriação ou monopolização de bens ou serviços a prestar e, por outro, da crise de escassez ou precariedade de recursos e sua importância vital para a sobrevivência dos respectivos clientes (por exemplo, a concessão de trabalho ou terra). E quanto menores as alternativas a uma situação assimétrica, maior a probabilidade de o cliente dependente se submeter «passivamente» ao poder absorvente do senhor ou patrono, demitindo-se de entabular relações alternativas no exterior.

Se bem que os protagonistas patrocinados não excluam acções de violência aberta e se organizem em associações ou cliques paralelas, secretas e conspiratórias tal como no caso da Máfia italiana ou do

caciquismo mexicano, o modo corrente de operar é aparentemente pacífico, subtil, assumindo, como diz Bourdieu, a forma de «violência simbólica, doce, invisível»⁸. Deste modo, tais relações têm contribuído para o conformismo clientelar, evitando que latentes situações de conflito se polarizem e impedindo uma organização de classe em base horizontal.

Neste quadro, patrocínio não se limita a uma disseminada miríade de relações diádicas mas geralmente pressupõe um encadeamento hierarquizado de díades que, segundo Galjart, Wertheim e outros⁹, favorecem processos de integração controlada, persistindo para além de mudanças ou reestruturações institucionais. Os mecanismos patrocinados, embora em regra revertam em privilégios para as elites dirigentes, tornam-se eficazes na medida em que, fornecendo vias de mobilidade ascendente a alguns quadros intermédios e oferecendo algumas vantagens palpáveis aos seguidores, realimentam as expectativas dos clientes e, em última instância, o próprio sistema.

O Estado e seus arranjos institucionais, quer na modalidade monolítica quer na pluri-partidária, contribuem decisivamente para configurar os processos clientelares. Além dos efeitos dos mecanismos da economia de mercado, o objectivo estratégico final das instituições estatais resume-se em suplantar ou acomodar os antigos patronos e mediadores locais, processo este que, contrariamente à visão um tanto estruturalista, por exemplo, de Soiffer e Howe (1982: 176-206), não se apresenta unilinearmente faseado, mas conhece diversas modalidades e coexistências, como veremos.

8. Bourdieu, 1980: 220. Sobre formas violentas de caciquismo combinadas ou não com determinado grau de legitimidade baseada em modos informais, normativo-institucionais ou mesmo legais cf., por exemplo, sobre o México, Friedrich, 1968: 243-269; sobre a Itália, Blok, 1974: 16 s; e, no Sudeste Asiático, Scott, 1977: 22 s.

9. Com efeito, a função integrativa do clientelismo é relevada por Galjart, 1964: 3-24 e 1969: 404; Weingrod, 1968: 380 s; Wertheim, 1969: 364 e 1971: 321 s; Alavi, 1973: 56 s; Shanin, 1971: 257 s; Hobsbawm, 1973: 8; Mouzelis, 1978: 477 s. Incidentalmente cf. ainda Boissevain, 1966: 24; Powel, 1970: 418 s; Waterbury, 1977: 333-334; Attalides, 1977: 137. Huizer (1969: 411-418), considerando o aspecto focado por Galjart, salienta que nem sempre as motivações dos patronos são relevantes, podendo o patrocínio caminhar num sentido participativo e não apenas instrumental.

2. MEDIADORES EM SELIMA

Contrariamente a algumas freguesias vizinhas, Selima é composta predominantemente por camponeses parciais, não sendo de assinalar a presença de casas senhoriais ou proprietários abastados que absorvam a grande parte dos recursos locais, facto que ainda hoje se reflecte na distribuição da terra de que o seguinte quadro dá conta:

QUADRO 1
Distribuição de recursos: terra e gado

CATEGORIAS* (ha)	TERRA		GADO (VACAS)		
	Fam.	%	Vacas	Fam.	%
(0)	6	4.8	0	59	48.4
(1) 0 — 0.05	24	19.4	1 — 2	27	22.1
(2) 0.05 — 2	86	69.4	3 — 5	26	21.3
(3) 2 — 5	7	5.6	6 — 10	9	7.4
(4) 5 — 10	1	0.8	11 — 20	1	0.8
(5) 10 — 20			> 20	0	0.0
(6) > 20				2	(1.6)
s/ inf.					
	124	100.0		124	100.0

* Grosso modo, poder-se-á fazer corresponder as categorias indicadas aos seguintes grupos sociais: (0+1) = jornaleiros e camponeses pobres; (2) = camponeses parciais (e merceiros/artesãos/operários e outros); (3) = pequenos camponeses relativamente autónomos; (4) = médios lavradores.

FONTE: Inquérito local e Repartição de Finanças de Ponte da Barca, 1984-1985.

Analisando o indicador terra, o quadro mostra que, enquanto a base piramidal constituída por jornaleiros e outros moradores ainda não herdeiros (4.8%), por um lado, e o topo por uma média abastada lavradeira (0.8%), por outro, constituem categorias sociais minoritárias, os estratos intermédios compostos por pequenos camponeses auto-suficientes e sobretudo camponeses parciais, somando 69.4%, predominam largamente em Selima.

Do mesmo modo, quanto à posse de gado, salvo uma minoria de 8.2% de famílias, que possuem mais de 5 vacas, 84% dos agregados domésticos tem entre 1 a 5 vacas.

Para além da distribuição difusa da terra e do gado na posse das famílias de Selima, a aldeia possui no seu perímetro uma considerável fonte de riqueza colectiva: os bens comunais particularmente os baldios e as águas, recursos sobre os quais a Câmara e o Estado vão reivindicar direitos e tomar iniciativas de «desenvolvimento».

2.1. O mediador como catalisador de resistência (±1900-1940)

O sistema central pode, de modo estrategicamente calculado ou forçado, ceder ou (re)distribuir aos autarcas locais o domínio e a gestão da colectividade local. O localismo não é, por conseguinte, incompatível com determinado grau de centralismo estatal nomeadamente bonapartista, podendo com ele coexistir e até desempenhar um papel de complementariedade, desde que cada um — o autocrata, o oligarca ou o governo, por um lado, e o patrono, o bandido, o cacique ou simplesmente a autoridade local, por outro — exerça moderadamente o seu papel e estabeleça o seu próprio espaço de domínio.

Apesar das extorsões tributárias, mantidas sob certos limites, particularmente até à década de 1940, em Selima as autoridades locais institucionalizadas no Conselho Paroquial, na Junta e na Regedoria detinham ainda consideráveis poderes internos. Não só se encarregavam do lançamento e arrecadação total ou parcial de impostos (por exemplo, derramas para a manutenção dos objectos do simbólico) como se ocupavam em redistribuir ou conceder determinados bens ou valores (terrenos comunais, corte de madeiras e matos), a organizar os trabalhos comunitários, a solucionar quesílias acerca de águas e limites territoriais e eventualmente a restaurar e harmonizar as hierarquias locais.

Em Selima era a autoridade tradicional da Igreja que legitimava e assinava a honorabilidade de determinada família na qualidade de doadora de um bem sagrado. Daí que, em semelhante colectividade, passada pela centralidade e hierarquia do sistema de valores religiosos, adquirir bens religiosos, ordenar um padre, reparar a igreja ou o cemi-

tério, legar bens ou doar ostentadamente à Igreja objectos sagrados (imagens e estandartes, cruzeiros e sinos, relicários e outros objectos de ouro e prata) constituíam meios de acumular capital simbólico, induzindo os donatários a apoiar os seus benfeitores na conquista de lugares de honra e prestígio na hierarquia eclesiástica e/ou civil: Junta Paroquial ou de Freguesia, Regedoria, Confrarias. Aos doadores de tais «objectos de subido valor» — entre os quais se contam as famílias mais ricas e particularmente os emigrantes «brasileiros» — eram dados votos de louvor, passando a ser considerados «ilustres cidadãos beneméritos» da colectividade, tal como referem diversas actas da Junta (AS 7-3-1909 e 6-6-1909). Mais recentemente, a restauração da igreja pela família mais rica seria simbolicamente compensada com a inscrição gravada em lápide na parte lateral esquerda da igreja: «Em homenagem ao Senhor M. G., grande benfeitor desta igreja, 1956».

Na primeira metade do século XX, a par de ajustamentos e compromissos, são, porém, conhecidas em Selima não só formas de resistência passiva como inclusive confrontos abertos que opuseram as populações aos organismos camarários e estatais encarregados não só de extrair o excedente agro-pecuário pela via tributária como também de implementar inovações infra-estruturais tais como o cemitério, a abertura de uma estrada e caminhos e sobretudo a construção da baragem pela Electro del Lima e a gestão de determinados recursos como os serranos pela política de florestação (APB 24-8-1917, 6-11-1920).

A Electro del Lima que, para compensar a destruição dos moinhos de água, se dispunha a construir moinhos eléctricos e a electrificar «gratuitamente» o aglomerado, viu as suas ofertas recusadas pela maioria dos moradores, que preferiam a reconstrução dos seus moinhos de água noutra local, porque — diziam — «o moinho eléctrico estragava a farinha» ou «a luz eléctrica tirava o leite às vacas». Quer os gestos simbólicos da oferta dos moinhos eléctricos e da própria electricidade quer a sua recusa, envolta sob razões ou pretextos económicos, tornaram-se ininteligíveis se os não enquadrássemos no âmbito da luta pelo domínio do espaço local.

Entre as diversas resoluções camarárias acerca da necessidade de inventariar os haveres dos moradores e, em particular, a de arrolar as cabeças de gado, há a salientar a de 24 de Novembro de 1919 que,

no seu artigo 8, determina «colectar todos os animais bovino, caprino e lanígero com uma taxa anual por cabeça», o que viria a sobrecarregar fiscalmente colectividades de montanha como Selima que até então tinham escapado a um apertado controlo camarário-estatal. Na sequência desta resolução reage a Junta de Freguesia de Selima-Belinhas que

«lavra o seu protesto contra o dito artigo que vem agravar a situação do povo das montanhas, sendo as fazendas (= gado) a única fonte de riqueza e receita que este povo tem para poder competir com os seus tributos ao Estado da República» (AS 4-1-1920).

A este protesto segue-se uma reunião conjunta das Juntas a 4 de Fevereiro de 1920 na própria Câmara Municipal, repetindo-se aliás esta acção no ano seguinte (AS 8-1-1920 e 17-4-1921). Em resposta, a Câmara requesita a intervenção da GNR para obrigar pela força os moradores a tirarem a licença para os pastos do gado.

Esta luta — que pôde contar com o empenho de um patrono-advogado — a quem como «filho da região» a Junta de freguesia lhe tece em acta o rasgado elogio de «extraordinário ditador» — ter-se-ia saldado por uma vitória das populações da região, entre as quais a de Selima, em que a Junta de freguesia «tem a honra de fazer scientes que terminou brava e heroicamente em prol dos povos a decantada cauza e conflito que há dois anos mantivemos com a Câmara» (AS 16-10-1921).

Num outro diferendo mantido com o Estado acerca do estatuto comunitário ou estatal da mata de Selima, a Junta não acata as ordens administrativas e, reiterando que «os montados desta freguesia são paroquiais e não camarários conforme o foral de 1514 e conforme a nossa postura especial», ameaça ela própria recorrer a juízo (AS 5-6-1921).

Não obstante estas vitórias, é de registar, no contexto de sujeição de Selima às forças da ordem estatal, além da instalação a 1-1-1911 de um posto de vigilância da Guarda Fiscal em pleno centro da aldeia numa casa arrendada por uma das famílias mais providas, a entrada, em 1922, da GNR que, a partir de então, passaria a patrulhar regularmente a colectividade. A ausência, até então, de um corpo policial estranho constitui um dos sintomas indiciadores do espaço relativa-

mente amplo de jurisdição local, de que um (ex)forâneo e velho residente dá conta:

«Antes dessa altura, a Guarda Republicana não vinha cá, porque a gente daqui era muito rebelde e não deixava que ela entrasse cá dentro».

Não obstante a oposição cerrada das populações por intermédio das respectivas Juntas no sentido de manter incólumes os terrenos comunais, o Governo, pelo decreto-lei de 16-3-1923, e a Câmara, através da Comissão Executiva, não desistem do propósito de limitar os direitos dos povos aos baldios. A Câmara e, em particular, o seu presidente — aliás mediador de Selima no referido diferendo com o Estado — vem posteriormente, em troca do apoio prestado, propor à Junta um projecto de acção dos Serviços Florestais, delegando funções e responsabilizando a própria autoridade local (AS 1-6-1924, 6-7-1924 e 20-7-1924, APBE 28-3-1925). A esta proposta responde a Junta que não se oporá, desde que tal intervenção traga, antes de mais, melhoramentos nomeadamente o prolongamento da estrada de Bretonha até à fronteira e recorda que os melhoramentos havidos foram feitos por uma entidade estrangeira — a Electro del Lima — e por motivos privados! Passado um ano, como a Câmara não procedera a quaisquer melhoramentos infra-estruturais como condição prévia à acção de intervenção dos Serviços Florestais, a Junta declara em acta o seu cepticismo sobre os bons propósitos da Câmara e, dado o facto de os moradores já terem arborizado os montes no passado, propõe-se ela própria assumir a responsabilidade de realizar um plano de arborização mas «sem nunca atentar contra a actual liberdade das pastagens do gado» (AS 25-7-1924 e 16-7-1925 e APBE 6-9-1924).

Face aos objectivos camarários e estatais os representantes dos moradores de Selima requerem que os seus montados confinantes com os galegos sejam tapados, queixam-se de serem «espoliados pelas constantes apreensões do seu gado» e denunciam o colaboracionismo dos Serviços Florestais e da Guarda Fiscal com as autoridades galegas e seus súbditos por os autorizarem a apoderar-se e a tapar terrenos baldios (AS 7-9-1924 e 20-2-1955). Além disso, apresentam queixas e pedidos de indemnização contra a empresa espanhola «Electro del Lima», a qual, além de não ter indemnizado as famílias de dois moradores

mortos nas obras da barragem, se acometia a uma série de abusos tais como corte de madeiras sem licença (AS 26-12-1925, 10-1-1926).

O «Estado Novo», após um interregno de relativa indefinição até 1936, acabará, se bem que moderada e cautelosamente, por prosseguir a anterior política de substituir o espaço desgastado pelo pastoreio por florestação. Feito o reconhecimento dos baldios a nível nacional pela Junta de Colonização Interna (JCI) em 1939 e traçadas as linhas de actuação, as Câmaras e as Juntas de freguesia detinham competência para alienar terrenos baldios, ficando os florestalmente aptos sob o controlo e a gestão dos Serviços Florestais instituídos¹⁰. Sendo estes, porém, uma criatura estatal estranha às populações e às próprias Juntas de Freguesia, a luta reacender-se-ia com os planos de arborização em 1944-45, os quais viriam a suscitar uma acção coordenada das Juntas das Freguesias, frisando os seus promotores a qualidade de «proprietários». Esta, porém, parece ter sido a última acção conjunta dos órgãos representativos dos povos serranos do Alto Minho na defesa dos seus terrenos comunais, sobrepondo-se, a partir daí, disputas internas entre freguesias acerca da posse de uma determinada área de terreno baldio nas zonas limítrofes de fronteira e que levaram Selima-Belinhas e a vizinha Sistelo ao Supremo Tribunal de Justiça. Se este facto é sintomático da deslocação do eixo de luta e da divisão que entre as aldeias e no seu seio se foi progressivamente instalando, a regra dominante até então traduzia-se na defesa corporativa dos interesses paroquiais face às instituições camarárias e estatais a cuja interferência as Juntas preferiam a simples «vida de abandono» (AS 16-8-1925).

Do exposto se infere que as autoridades locais, neste período, mantinham-se defensoras da autonomia e interesses corporativos locais.

2.2. Uma longa transição: o mediador como amortecedor (1940-70)

Contrariamente ao anterior período marcado por situações de confronto entre uma colectividade relativamente unida e as entidades cama-

10. Para descrição e análise da legislação sobre os baldios e o processo de florestação cf. Estevão, 1983: 1157-1260.

rárias e estatais, as hesitações e as divergências internas quanto aos novos assomos de cerceamento da autonomia aldeã (projectos infra-estruturais, plano de florestação, alienação de 19 hectares de baldio à RTP) são sintomáticas do modo como Selima foi abrindo o flanco e perdendo paulatinamente pontos na sua luta anti-estatal.

Para enfraquecer e contornar os obstáculos que o poder e a hierarquia locais pudessem oferecer, representantes do Estado, localmente aconselhados, aplicaram a tática da divisão, aproveitando e reforçando as pré-existentis clivagens entre facções aldeãs. Não só delegavam poderes e aliciavam membros da Junta através da concessão de benefícios como incorporavam atomística e selectivamente nas próprias instituições membros de famílias mais influentes e/ou potenciais adversários, redistribuindo-lhes empregos e postos de controlo, supervisão e policiamento (guardas florestais e fiscais, capatazes), além de oferecer alternativas aos jornaleiros dependentes e outros elementos pobres e «marginais» recrutando-os para a execução de árduas tarefas manuais ou ingratas funções de vigilância e denúncia.

2.2.1. A florestação: a discricionaridade

A realização dos objectivos estatais de submissão de populações como Selima e outras seria, além de ineficaz, impensável sem o assentimento acomodaticio de diversos moradores e sobretudo sem a cumplicidade da Junta e a conivência de alguns agentes internos — Raposo, Urbano — os quais, além de, segundo um informante, terem feito «desaparecer documentos comprovativos da pertença do monte à freguesia», teriam usurpado logradouros comuns sob o beneplácito dos Serviços Florestais¹¹. De salientar sobretudo a figura-chave de Raposo que, conhecido por «corça», «raposa» e «manda-chuva» assumia um misto de mediador financeiro e político. Segundo uma das suas vítimas,

11. Tentativas de apropriação, usurpação ou simples cessão de parcelas de logradouro, umas bem sucedidas outras não, podem detectar-se em várias actas, entre as quais a de 2-11-1902, 19-12-1920 e, mais tarde, as de 17-5-1959, 27-7-1969, 31-5-1973, 30-12-1973, 31-10-1975, 2-1-1976 e 20-1-1976, além de documentos de algumas sisas: n.º 203 de 25-6-1944, 230 e 280 de 22-8-1944, 188 de 11-6-1945 e 139 de 25-4-1954.

«mandava apedrejar os seus concorrentes do comércio, emprestava dinheiro com o intuito de apoderar-se das terras dos devedores e movia os cordelinhos para reunir em sua casa os da Câmara e os dos Serviços Florestais para nomear os membros da Junta».

Este tipo de práticas correntes de vinculação pessoal e simultaneamente de violência ora latente ora manifesta até à década de 1960 constituem um dos indicadores sintomáticos de como o Estado ainda não monopolizava o exercício da força física, a nível local, o qual ficava ao critério discricionário dos agentes da autoridade paroquial, cujo limite seria determinado pela relação de forças, pela política da boa reputação (Bailey, 1971) e pela presença ou não de superior força física por parte dos concorrentes e das vítimas.

Apesar de outros mediadores locais como a família Milheiro se oporem a estratégias de conluio com os Serviços Florestais, o papel crescente de mediadores colaboracionistas como Raposo e Urbano vai de par com uma diminuição considerável da capacidade de resistência da colectividade perante um Estado que interfere directa ou indirectamente cada vez mais em assuntos outrora do seu foro exclusivo. Assim, se antes do repovoamento florestal, os montanhese de Selima eram senhores do território, cultivavam centeio, recolhiam, sem licença superior, matos e lenhas, fabricavam carvão — para alguns única fonte de subsistência — e organizavam livremente o pastoreio do gado sem se preocuparem de os animais invadirem ou danificarem a área florestal, com os planos de arborização estatal ficavam-lhes vedadas tais actividades nessa área, o que os forçaria a construir, por sua própria conta, um muro à volta da zona interdita à pastagem.

Se o gado entrasse na área controlada pelos Serviços Florestais, os guardas florestais, coadjuvados por zelosos rondistas locais, mesmo sem qualquer danificação, podiam aplicar aos donos multas de 25\$00 por cada cabra ou 70\$00 por cada vaca «transgressora». Quem não tivesse dinheiro para pagar, teria de deixar como caução o anel, a fieira ou o cordão de ouro ou até, por vezes, hipotecar uma terra para obter dinheiro, doutro modo o animal ficava apreendido. Além das multas (e dos roubos de animais ocorridos sobretudo na zona fronteira), a consumação dos planos de florestação, na base do decreto de 14-10-1944, veio contribuir decisivamente para uma diminuição e mesmo extinção

do efectivo pecuário em várias famílias, além da redução do necessário estreme para as culturas, provocando assim um desequilíbrio eco-agrícola entre gado-estreme-culturas. Tomando, por exemplo, o ano de 1945 como ano de base (= 100), só entre 1945 e 1960 Selima teria reduzido o seu quantitativo pecuário para 46.8% no gado bovino, 20.5% no caprino e 26.4% no ovino, déficit este que jamais viria a ser colmatado e só apenas atenuado com as poupanças migratórias a partir de 1964 (anexo 2). Por outro lado, da venda das árvores plantadas pelos Serviços Florestais, apenas reverteriam para as Juntas de freguesia 10% do valor global a partir de 1962 e 25% desde 1972, elevando-se, no pós 25 de Abril de 1974, para 70% ou 60% conforme a gestão coubesse às próprias colectividades ou ao Estado (D.L. 39/76 de 19-1).

A discricionariedade dos guardas era notável. Além de, por vezes, embolsar-se salários de dias não ocupados pelos trabalhadores manuais nos Serviços Florestais, multavam ou perdoavam a multa «conforme os seus gostos e conveniências» e às carvoeiras interceptavam-nas, ameaçavam-nas ou apreendiam-lhes o carvão ou então, segundo o testemunho das mesmas, faziam com elas chantagem enquanto «presas» a nível sexual.

Tais acções deixariam marcas indeléveis na memória colectiva da população, ainda hoje visíveis num relacionamento ressentido com os ex-rondistas, guardas e a direcção do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Embora nas últimas décadas Selima visse aumentados os seus rendimentos florestais e beneficiasse de pequenos melhoramentos infra-estruturais (caminhos, estradas) e (tardias) indemnizações pelas perdas de animais causadas pelos lobos, acabaria por nem sequer ser consultada em certos projectos (por exemplo, cedência de edifício à FAOJ em 1981 para instalação de pousada) e veria perder progressivamente em favor do referido Parque a posse e a gestão dos seus recursos naturais.

2.3. A incorporação: o mediador como agente partidário (1974-90)

Com a mudança provocada pela emigração nos finais década de '60 e sobretudo com a nova configuração do sistema pluripartidário no pós 25 de Abril de 1974 diminui a imperatividade do poder sancionatório

local e desprende-se ligeiramente o controlo hegemónico por determinadas personalidades, permitindo uma certa desinibição e multiplicação ora de velhos e novos mediadores concorrentes ora das famílias contestatárias do antigo poder local.

Quebradas um tanto, na expressão de Alavi (1973: 29), as «lealdades primordiais», entra em crise a velha coesão sob a autoridade tradicional. Consequentemente, devido a realinhamentos de facções em base parental, associativa e mesmo partidária, a colectividade local fragmenta-se, formando-se segmentos que, embora aproveitando ainda identidades familiares ou de grupo, orientam-se todavia para alianças com entidades ou grupos da sociedade envolvente designadamente partidos políticos¹², o que representa um enfraquecimento do patrocínio tradicional.

De entre as diversas vicissitudes e incidentes do processo pós 25 de Abril de 1974 em Selima, designadamente os conflitos entre a facção pró e a facção anti-padre (por exemplo, gestão da capela de Santa Madalena), é digno de realce o caso paradigmático da expropriação de terrenos para a construção de uma barragem em Selima e arredores, sendo de relevar os métodos aplicados pela EDP.

Perante as primeiras e fugidias incursões de funcionários da EDP para identificação dos terrenos, não se fizeram esperar reacções radicais por parte de alguns moradores: «Eu não digo quais são as minhas terras. Se os vejo a pisá-las, mato-os». Apesar das atitudes espontâneas de oposição pela população — a que uma Comissão de Defesa procurou dar corpo e apelar a figuras ou poderes no exterior (jornalistas, partidos políticos, Ministério de Obras Públicas) — a EDP viria a contar fora e dentro da aldeia com aliados, cujos interesses se conjugariam parcialmente com os seus. Fora da aldeia convergiam os partidos políticos governamentais do Bloco Central (PS e PSD), partidários de projectos infra-estruturais de modernização ainda que em detrimento dos interesses ditos particularistas das comunidades, os quais, segundo os dirigentes da EDP, deveriam supeditar-se ao

12. A possibilidade de maior liberdade de opção devido à multiplicação competitiva de agências estatais, partidos, mediadores e respectivos recursos foi igualmente verificada noutras situações por Huizer, 1965: 142-143; Silverman, 1965: 187; Weingrod, 1967: 384 s; Davis, 1970: 77; Sayari, 1977: 109; Loizos, 1977: 116.

«interesse público» traduzido no aumento de 10% da produção de energia hidráulica nacional. A nível regional e municipal, acresceriam as estratégias dos respectivos responsáveis, nomeadamente camarários, a quem convinha canalizar fundos e manter o empreendimento sob a jurisdição do «seu» município.

Dentro da aldeia, para além da quietude do pároco — que ou se distanciaria ou aconselharia a moderação — a EDP pôde contar com a anuência da Junta de Freguesia, particularmente do seu presidente que, na mira de manter o lugar alcançado pela via partidária sob o «fiat» do presidente da Câmara e após obter como prémio da sua atitude um posto de trabalho de vigilante na EDP, comportar-se-ia, no dizer de um morador, como um «cordeiro» manso, afirmando: «A Junta não tem nada a ver com isso, são assuntos particulares, a EDP precisa mais do terreno que os nossos filhos!».

Tendo os detentores de poder local claudicado face aos objectivos estratégicos da EDP, a direcção desta, através da perícia de dois experientes negociadores, conseguiria, na base da tática de «falas mansas» e de uma abordagem atómico-cista, convencer os moradores de cada casa de Selima de que, não oferecendo resistência, os seus terrenos seriam «melhor avaliados e os seus filhos recompensados com postos de trabalho». Por outro lado, além de aliciarem diversas famílias sobretudo as mais pobres com a estimulante ideia de auferir juros do dinheiro «sem esforço», os astutos negociadores não só segredavam a cada vendedor o pagamento de um preço mais elevado que às demais famílias como, de acordo com a resistência do cliente bem como da sua posição e capacidade negociadora, atribuíam preços diferentes a terrenos da mesma qualidade.

Simultânea ou seguidamente, para os elementos mais recalcitrantes e para membros da própria Comissão de Defesa, congeminaram táticas dissuasoras, difundindo o espectro da expropriação forçada por utilidade pública e até ameaças intimidatórias de prisão. Já, porém, aos líderes de opinião favoráveis ou adversários convertidos acabariam por destinar-lhes postos de trabalho, avaliar-lhes mais favoravelmente os terrenos e inclusivamente registar em seu nome terrenos baldios. E, a nível de opinião pública na aldeia, fizeram circular rumores de que a família influente A ou B já tinha assinado e, mais tarde, de que mais de 50% das

famílias já haviam cedido, o que teria induzido as famílias indecisas a assinar os contratos de venda dos terrenos a expropriar.

Dada a falta de organização colectiva adequada, as divisões e as suspeições intracomunitárias e a preponderância das estratégias familistas (indiferença das famílias não afectadas, estratégias jurídicas, em 14 casos, de reavaliação de prédios dados como omissos, tentativas de tratamentos de favor), a Comissão de Defesa iria perdendo força, dando lugar a uma atitude generalizada de claudicação e resignação perante o colossal binómio da EDP-Estado: «Então você já viu um cão pequeno a morder num grande?».

Apesar dos estratagemas utilizados, a ausência de força negocial veio permitir que, de modo geral, os moradores atingidos fossem indemnizados com valores extremamente baixos e os seus mais férteis terrenos expropriados a preços, senão matriciais, bastante inferiores aos preços do mercado fundiário na região, variando o leque, pelo menos até 1985, entre 20 a 80\$00 por metro quadrado. Para as famílias expropriadas (anexo 2), a injustiça e o tratamento discriminador por parte da EDP-Estado — em que um dos juizes da comarca da Barca é por alguns moradores co-responsabilizado — tornam-se tanto mais flagrantes quanto a mesma entidade, devido certamente às pressões das autoridades galegas e seus representados, atribui ao mesmo tipo de terrenos, nas limítrofes terras de Galiza, preços que se situariam entre 500 a 800\$00 o metro quadrado!

Salvo 14 casos que teriam auferido entre 100.000 a 200.000\$00, a média resultante das vendas regulava cerca de 38.000\$00, o que, em termos económicos, mesmo locais, não compensaria a perda da parcela do património fundiário necessário à sua própria reprodução como camponeses, agravando assim a sua dependência de fontes de rendimento exteriores à agricultura.

Diversos habitantes, ora revoltados ora impotentes pelo modo como foram ludibriados, não se têm cansado de lamentar o sucedido, induzindo esta dolorosa experiência um dos moradores mais idosos a chorar perante o espectáculo das obras de barragem «engolindo» as suas terras:

«Tanto passámos nós, os nossos pais e avós para arrancar um pedaço de terra, cultivá-lo e conservá-lo para agora ir perder-se nas águas da barragem! O Estado levou-nos o gado, agora a EDP leva-nos os terrenos. Mais valia

levar-nos tudo e indemnizar-nos, de modo a podermos recomeçar a vida noutra sítio do que deixar-nos só as casas!».

A demissão da Junta de Freguesia face às pressões exteriores, mais visível a respeito da cessão gratuita de águas, arrendamento de 178 010 m² a 60.000\$00 por ano e, de acordo com a Lei 39/76 de 19/1, Lei 40/76 e a Portaria 117/76 de 1/3), da ilegal alienação de 57.4 hectares de terrenos comunais pelo preço global de 3700 contos à razão de 8\$00 o metro quadrado:

QUADRO 2
Bens comunais expropriados pela EDP

N.º	ÁREA (m ²)	DESTINO	PREÇO	PREÇO (m ²)
1)	101 370	albufeira	810.000\$00	7\$99
2)	86 643	»	693.000\$00	7\$99
3)	31 630	»	190.000\$00	6\$00
4)	1 800	»	22.000\$00	12\$22
5)	142 348	albufeira + pedra	695.000\$00	4\$88
6)	36 674	pousada	586.000\$00	15\$97
7)	166 980	albufeira	667.000\$00	3\$99
8)	7 330	»	37.000\$00	5\$04
TOTAL	574 775		3.700.000\$00	8\$01

FONTE: Escritura de 13-12-1984, Notariado de Ponte da Barca (cedida por um morador).

Fazendo uma retrospectiva da evolução sofrida em Selima devido ao processo de construção da barragem, poder-se-á concluir que a configuração de Selima tem sofrido consideráveis modificações no seu eco-sistema, no grau de circulação de bens e pessoas particularmente no aumento de padrões de casamento exogâmicos e penetração de novos hábitos de vida. É, porém, sobretudo na esfera das economias domésticas que se verificam transformações significativas. Além das migrações, a transferência, embora limitada em volume e no tempo, de força de trabalho agro-pastoril de Selima para o sector de construção na barragem reforça o processo de passagem duma economia agro-pastoril relativamente autónoma para uma economia camponesa dependente de várias

fontes de rendimento externas, sem excluir que, para mão-de-obra não qualificada, o fim das obras da barragem signifique justamente o desemprego ou regresso forçado e precário à agricultura.

3. CONCLUSÃO

Concluindo, poder-se-á dizer que Selima tem conhecido nas últimas décadas, se bem que de modo lento e tergiversante, um processo real de submissão aos ditames estatais e objectivos estratégicos de modernização. O ritmo e a eficácia deste processo é dependente da capacidade de resistência e organização dos próprios actores sujeitos que, sobretudo a partir da década de '70, se têm apresentado frágeis não tanto pelos métodos violentos das instituições estatais mas mais pela conivência e cumplicidade de diversos tipos de actores internos à colectividade nomeadamente dos actores revestidos de autoridade e/ou poder local.

Central na análise deste processo é a relação triádica entre camponeses, mediadores e Estado, a qual se tem diversamente configurado ao longo do tempo, sendo a função principal do patrono e particularmente do mediador, em troca de alguns dividendos, preencher o fosso entre o Estado e as colectividades locais.

O comportamento dos actores camponeses, suas mudanças de posição, assim como os reajustamentos político-ideológicos de seus mediadores não podem desligar-se das reestruturações e mudanças no tecido sócio-económico e na dinâmica da micropolítica local, nomeadamente o facto de surgirem novos canais alternativos de apoio e protecção designadamente pela via associativa, sindical, partidária ou outra. No processo de substituição de velhos patronos e caciques por novos agentes do Estado vai um longo percurso, cuja durabilidade é função do próprio grau de industrialização e urbanização, bem como dos blocos de alianças e oposições de classes sociais em cada formação social, além da especificidade da comunidade afectada. Se a implementação do regime pluripartidário enfraquece o patrocínio tradicional, tal não envolve necessariamente o seu desaparecimento mas antes a sua transformação

e diluição nos arranjos institucionais. De qualquer modo, verifica-se uma diminuição do papel dos tradicionais patronos e mediadores na sociedade rural-camponesa. E esta evolução ocorre à medida que se realiza o processo de incorporação das economias artesanal, campesina e pastoril no modo de produção capitalista e sobretudo à medida que o Estado penetra e exerce directamente as suas funções de integração, controlo e domesticação das populações rurais, prescindindo assim de mediadores locais. Assim, enquanto nas primeiras décadas do século XX os representantes locais constituíam um forte contraponto ao poder camarário e estatal, nos anos '40-'60 patronos como Milheiro, sendo elos ocasionais com os poderes camarários, afirmavam-se de modo patriarcal e afectivo e granjeavam apoios e força de trabalho quase gratuita, contrariamente ao emergente mediador Raposo que se comportava como um intimidatório cacique local. Por fim, os mediadores do pós 25 de Abril de 1974 tornaram-se pequenos elos territoriais (para)partidários integrados em estruturas e obedientes aos ditames legais das autoridades estatais e das diversas dependências camarárias.

ANEXO 1 — Evolução da posse do gado: 1945-1986 (Selima) *

ANOS	TIPO DE GADO (índice 1945 = 100)											
	Bovino		Caprino		Ovino		Sulino		Equino			
	N.º	Ind.	N.º	Ind.	N.º	Ind.	N.º	Ind.	N.º	Ind.	N.º	Ind.
1945-47	402	100.0	1207	100.0	579	100.0	97	100.0	11	100.0	11	100.0
1949-51	351	87.3	1260	104.4	495	85.5	95	97.9	14	127.3	14	127.3
1954-56	348	86.6	822	68.1	311	53.7	78	80.4	4	36.4	4	36.4
1959-61	188	46.8	247	20.5	153	26.4	33	34.0	0	0.0	0	0.0
1964-66	309	76.8	312	25.8	146	25.2	21	21.6	0	0.0	0	0.0
1969-71	316	78.6	329	27.3	357	61.6	23	23.7	0	0.0	0	0.0
1974-76	276	68.6	235	19.5	29	5.0	24	24.7	3	2.7	3	2.7
1979-81	338	84.1	471	39.0	26	4.5	9	9.3	1	9.1	1	9.1
1984-86	294	73.1	394	32.6	16	2.6	5	5.2	0	0.0	0	0.0

* Os números obtidos representam valores médios do quantitativo global de cabeças registado em cada um dos referidos triénios.
 FONTE: Livros 1, 1A, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 das «Guias de pastagem do gado», Guarda Fiscal, 1945-1986.

ANEXO 2 — Famílias e terrenos expropriados pela EDP (até 1985)

CARROS DE TERRA *	N.º FAMÍLIAS		%		CARROS DE MATO		N.º FAMÍLIAS		%	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
0 — 5	62	50.0	0	0	120	96.0				
1 — 10	17	13.7	1	1	2	1.6				
5 — 20	25	20.1	5	5	0	0.0				
10 — 20	12	9.6	10	20	0	0.0				
> 20	1	0.8	> 20	> 20	1	0.8				
s/ inform.	8	(6.4)			2	(1.6)				
	124	100.0			124	100.0				

* 1 carro de terra = ±90 m².
 FONTE: Inquérito local, 1985.

BIBLIOGRAFIA

- ALAVI, Hamza (1973) — «Peasant Classes and Primordial Loyalties» in *The Journal of Peasant Studies*, vol. 1, 1: 23-62.
- ALMEIDA, João Ferreira (1986) — *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- ATTALIDES, Michael (1977) — «Forms of peasant incorporation in Cyprus during de last century» in E. Gellner and J. Waterbury (orgs.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*: 137-155, Londres, Duckworth.
- BADER, Veit Michael e BENSCHOP, Albert (1988) — *Ongelijkheid*, Groningen, Wolters-Noordhoff.
- BAILEY, F. G. (1969) — *Stratagems and Spoils. A social anthropology of politics*, Oxford, Basil Blackwell.
- BAILEY, F. G. (1971) — *Gifts and Poison: The Politics of Reputation*, Oxford, Basil Blackwell.
- BANFIELD, Edward C. (1958) — *The moral basis of a backward society*, Glencoe, The Free Press.
- BARTH, Fredrik (1966) — *Models of Social Organisation*, Londres, Royal Anthropological Institute.
- BLOK, Anton (1969) — «Peasants, Patrons and Brokers in Western Sicily» in *Anthropological Quarterly*, 42 (3): 155-170.
- (1973) — «Man as an entrepreneur» in *Man*: 225-234.
- (1974) — *The Mafia of a Sicilian Village*, Nova Iorque, Harper and Row.
- BOURDIEU, Pierre (1980) — *Le sens pratique*, Paris, Minuit.
- BOISSEVAIN, Jeremy (1966) — «Patronage in Sicily» in *Man*, vol. 1: 18-33.
- (1969) — «Patrons as brokers» in *Sociologische Gids*, 1, 1969: 379-385.
- (1978 [1974]) — *Friends of Friends, Networks, Manipulators and Coalitions*, Oxford, Basil Blackwell.
- CAMPBELL, John K. (1964) — *Honour, Family and Patronage: A Study of Institutions and Moral Values in a Greek Mountain Community*, Oxford, Clarendon Press.
- CASTRO, Armando (1978) — *História Económica de Portugal*, II, Lisboa, Caminho.
- (1980) — *Estudos de história sócio-económica*, Porto, Limiar.
- COELHO, Maria Helena Cruz (1984) — «A terra e os Homens da Nóbrega à luz das Inquirições» in *Colóquio sobre Terras de Nóbrega*, Ponte da Barca,

posteriormente publicado como capítulo de *Homens, Espaços e Poderes*, 1990: 170-198, Lisboa, Livros Horizonte.

- COHEN, Abner (1969) — «Political Anthropology: the analysis of the symbolism of power relations» in *Man*, vol. 4, 2: 215-235.
- CUTILEIRO, José (1977) — *Ricos e pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa.
- DAVIS, John (1977) — *People of Mediterranean: An Essay in Comparative Social Anthropology*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- EISENSTADT, Samuel N., e RONIGER, Luis (1984) — *Patrons, clients and friends*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ELIAS, Norbert (1982 [1939]) — *Het civilisatieproces*, Utrecht, Het Spectrum, 1982.
- (1980) *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Edições 70.
- ESTEVÃO, João A. (1983) — «A floresta dos baldios» in *Análise Social*, 77-78-79: 1157-1260.
- FRANK, A. Gunder (1967) — «Sociology of Development and the Underdevelopment of Sociology» in *Catalyst*, 3, University of Buffalo.
- FRIEDRICH, P. (1968) — «The legitimacy of a cacique» in M. Swartz (org.), *Local-Level Politics*, 243-269, Chicago, Aldine.
- GALJART, Benno F. (1964) — «Class and "Following" in Rural Brasil» in *America Latina*, 7: 3-24.
- (1969) — «Patronage als integratie mechanisme in Latijns America» in *Sociologische Gids*, 1: 402-419.
- GOFFMAN, Erving (1974) — *Les rites d'interaction*, Paris, Minuit.
- HOBBSBAWN, Eric (1973) — «Peasants and Politics» in *The Journal of Peasant Studies*, vol. 1, 1: 3-22.
- HUIZER, Gerrit (1965) — «Some notes on community development and rural social research» in *America Latina*, 8: 142-143.
- (1969) — «The role of patronage in the Peasant political struggle in Latin America» in *Sociologische Gids*, 1: 411-418.
- IONESCU, Ghita (1977) — «Patronage under Communism» in E. Gellner and J. Waterbury (orgs.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, 97-102, Londres, Duckworth.
- RERTZER, D. I. (1980) — *Comrades and Christians*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LERNER, D. (1958) — *The Passing of Traditional Society, Modernizing the Middle East*, Nova Iorque, The Free Press.

LOIZOS, Peter (1977) — «Politics and patronage in a Cypriot village, 1920-70» in E. Gellner e J. Waterbury (org.) — *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*: 115-135, Londres, Duckworth.

MATTOSO, José (1985) — *Identificação de um país*, Lisboa, Estampa.

— (1985a) — *Portugal Medieval*, Lisboa, Imprensa Nacional.

MIGDAL, Joel (1974) — *Peasants, Politics and Revolution*, Princeton, Princeton University Press.

MOORE, Barrington, Jr. (1966) — *Social origins of dictatorship and democracy. Lord and Peasant in the making of the modern world*, Boston, Beacon Press.

MOUZELIS, Nicos (1978) — «Classe and Clientelistic Politics» in *The Sociological Review*: 471-497.

MOZZICAFREDO, Juan et al. (1990) — «O grau zero do poder local» in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na viragem do século*, Actas do I Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Fragmentos.

PARSONS, Talcot (1964) — «Evolutionary Universals of Society» in *American Sociological Review*, vol. 29: 339-357.

PARSONS, Talcot, e WHITE, W. (1961) — «The Link between Character and Society» in S. M. Lipset and L. Lowenthal (orgs.), *Culture and Social Character: the Work of David Riesman Reviewed*: 89-135, Nova Iorque, Free Press.

PINTO, José Madureira (1984) — *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*, Porto, Afrontamento.

PITT-RIVERS, Julian (1958) — «Ritual Kinship in Spain» in *Transactions of the New York Academy of Sciences*, 2, 20: 424-431.

— (1971 [1954]) — *The People of Sierra*, Chicago, Chicago University Press.

POPKIN, Samuel (1979) — *The Rational Peasant*, Berkeley, Los Angeles, Londres, University of California Press.

POWEL, John D. (1970) — «Peasant Society and Clientelist Politics» in *American Political Science Review*, 64, 2: 411-426.

RIEGELHAUPT, Joyce (1979) — «Camponeses e política no Portugal de Salazar» in *Análise Social*, vol. XV, 59: 503-523.

ROGERS, Everett (1969) — *Modernisation Among Peasants: The Impact of Communication*, Nova Iorque, Holt, Rinehart.

ROSTOW, W. W. — *The Stages of Economic Growth*, Cambridge, Cambridge University Press.

SAHLINS, Marshal D. (1960) — «Political power and the economy in primitive society» in G. E. Dole and R. L. Carneiro (orgs.), *Essays in the Science of Culture*, Nova Iorque, Thomas Crowel Company.

SANTOS, Boaventura Sousa (1982) — O Direito e a Comunidade: as transformações recentes da natureza do poder do Estado nos países capitalistas avançados» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 10: 9-40.

SAYARI, Sabri (1977) — «Political patronage in Turkey» in E. Gellner e J. Waterbury (org.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*: 103-113, Londres, Duckworth.

SCHNEIDER P., J. SCHNEIDER J., HANSEN E. (1972) — «Modernisation and development: the role of regional elites and non-corporate groups in the European Mediterranean» in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 14: 328-350.

SCOTT, James (1976) — *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast*, New Haven e Londres, Yale University Press.

— (1977) — «Patronage or exploitation?» in E. Gellner e J. Waterbury (org.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*: 21-39, Londres, Duckworth.

SHANIN, Theodor (1971) — «Peasantry as a Political Factor» in T. Shanin (org.), *Peasants and Peasant Societies*: 238-263, Harmondsworth, Middlesex, Penguin Books.

SILVA, Manuel Carlos, e VAN TOOR, Marga (1982) — *Verzet van kleine boeren in Noord Portugal*, traduzido ao português sob o título *Sobreviver e resistir como camponeses*, Amesterdão, Universidade de Amesterdão.

— (1988) — «Camponeses e patronos: o caso de uma aldeia minhota» in *Cadernos de Ciências Sociais*, 7, pp. 51-80.

SILVA, Manuel Carlos (1987) — «Camponeses nortenhos: "conservadorismo" ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência» in *Análise Social*, 97, vol. 23: 407-445.

SILVERMAN, Sydel F. (1968) — «Agricultural organisation, Social structure and values in Italy: amoral familism reconsidered» in *American Anthropologist*, 70: 1-20.

— (1970) — «"Exploitation" in Rural Central Italy: Structure and Ideology in Stratification Study» in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 12: 327-339.

SOBRAL, José Manuel, e P. Tavares de ALMEIDA (1982) — «Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901» in *Análise Social*, 72-74: 649-672.

SOIFFER, Stephen M., e and HOWE, Gary N. (1982) — «Patrons, Clients and the Articulation of Modes of Production: An Examination of the Penetration of Capitalism into Peripheral Agriculture in Northeastern Brasil» in *Journal of Peasant Studies*, vol. 9, 2: 176-206.

- TIPPS, D. C. (1973) — «Modernisation theory and comparative study of societies: a critical perspective» in *Comparative Studies in Society and History*, 15: 199-226.
- WATERBURY, John (1977) — «An attempt to put patrons and clients in their place» in E. Gellner e J. Waterbury (orgs.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*: 329-342, Londres, Duckworth.
- WEBER, Max (1978) — *Economy and Society*, California, University of California Press.
- WEINGROD, Alex (1968) — «Patrons, Patronage and Political Parties» in *Comparative Studies in Society and History*, 10: 377-400.
- (1977) «Patronage and power» in E. Gellner e J. Waterbury (orgs.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, 41-51, Londres, Duckworth.
- WERTHEIM, W. (1969) — «Patronage als structureel verschijnsel» in *Sociologische Gids*, 1: 362-364.
- (1971) — *Evolutie and Revolutie*, Amesterdão, Van Gennep.
- WHITE, Caroline (1980) — *Patrons and Partisans*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WOLF, Eric (1966) — *Peasants*, Nova Jérsea, Prentise Hall, INC.
- (1967) — «Closed Corporate Peasant Communities in MesoAmerica and Central Java» in J. M. Potter, M. N. Diaz e G. M. G. Foster (orgs.), *Peasant Society*, Boston.

AS AUTARQUIAS LOCAIS
E A ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL
- DIFERENÇAS E COMPLEMENTARIDADES

Manuel da Silva e Costa

Professor Associado
Departamento de Sociologia e Antropologia
Instituto de Ciências Sociais
UNIVERSIDADE DO MINHO